

Procurador do IGEPPS é acusado de assédio sexual por funcionárias do órgão

O procurador teria tirado fotos íntimas de colegas sem consentimento; servidoras relatam medo e clima hostil no ambiente de trabalho.



Redação 30 de maio de 2025



COMPARTILHAR

Funcionárias do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS) denunciaram o procurador **Alexandre Ferreira Azevedo** por assédio sexual no IGEPPS. As denúncias relatam que o servidor teria tirado fotos íntimas de colegas de trabalho sem o conhecimento delas, inclusive durante o expediente e enquanto realizava despachos com as vítimas.

De acordo com informações recebidas pela redação do Portal Estado do Pará On-line, as imagens seriam captadas sem o consentimento das mulheres, o que tem gerado forte desconforto e medo entre as funcionárias. “Algumas colegas já estão amedrontadas de ficar no mesmo ambiente de trabalho que o procurador está”, disse uma das denunciantes, sob anonimato.

O clima no órgão público, segundo os relatos, é de tensão, especialmente entre as mulheres, que dizem se sentir expostas e desprotegidas. Ainda segundo a denúncia, Alexandre Azevedo manteria relações sexuais com uma técnica previdenciária do instituto, o que contribuiu para o agravamento da situação e reforça a sensação de impunidade.

“O ambiente laboral deixou de ser um local respeitoso e seguro para ser um ambiente de importunações sexuais”, afirma um trecho da denúncia encaminhada à reportagem.

Alexandre já foi denunciado por assédio. A informação consta no site da Procuradoria Geral do Estado, mas não se sabe se há apuração interna porque mesmo sendo denunciado, nunca

Recomendado



Vídeo: mulher usa bike de som para pedir perdão ao marido no bairro Bengui, em Belém

houve um aviso sobre o avanço da investigação.

A denúncia de assédio que existia previamente é contra a própria enteada de Alexandre, que teria 14 anos. Segundo a fonte do EPOL, as fotos que o procurador tirou das funcionárias do IGEPPS foram anexadas ao processo de assédio sexual contra a enteada.

A equipe do EPOL entrou em contato com o IGEPPS para obter um posicionamento oficial sobre o caso.